

16 DEZ 1987 Mudanças no GAZETA MERCANTIL Orçamento

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

O presidente José Sarney deverá assinar, na próxima sexta-feira, decretos ou instruções normativas determinando que não sejam liberados integralmente recursos destinados a algumas contas do Orçamento da União de 1988, já aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por ele mesmo.

Segundo uma qualificada fonte governamental, essa foi a alternativa encontrada pelo governo para evitar uma explosão de gastos no próximo ano a partir das contas aprovadas no Orçamento. A primeira versão do Orçamento, encaminhada pelo presidente ao Congresso, previa uma inflação de 60% no próximo ano. Em outubro, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República refez os cálculos com base em uma inflação de 120% em 1988. Essa segunda versão foi aprovada pelo Congresso e vai, portanto, vigorar no próximo ano.

Ao refazer os cálculos, porém, a Seplan utilizou critérios diferentes para algumas contas. Isso, segundo a fonte ouvida por este jornal, vai impedir que o governo atinja sua meta de um déficit público de 2% no próximo ano. A alternativa encontrada pelo Ministério da Fazenda foi a assinatu-

ra, pelo presidente Sarney, de instruções normativas ou decretos — não é preciso que sejam decretos-leis — impedindo a liberação dos recursos adicionalmente concedidos a esses programas, todos sob a supervisão da Seplan. A medida deve ser formalizada junto com o "pacote" fiscal a ser anunciado na sexta-feira pelo presidente Sarney.

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, ao participar ontem do seminário "Como Planejar 88", promovido por este jornal, confirmou que serão adotadas providências no "pacote" para que o Orçamento "volte a ser compatível com a meta de um déficit de 2% no próximo ano".

Em Brasília, Márcio Regina dos Dias Moreira, titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), órgão da Seplan encarregado de elaborar o Orçamento da União, confirmou que foram aplicadas taxas diferentes de correção em algumas contas da segunda versão. A reserva de contingência, por exemplo, foi aumentada em 859% em vez dos 36% necessários para adaptar os cálculos às novas previsões de inflação. Moreira, porém, garantiu: "Não houve má fé", disse ao repórter Carlo Iberê de Freitas.